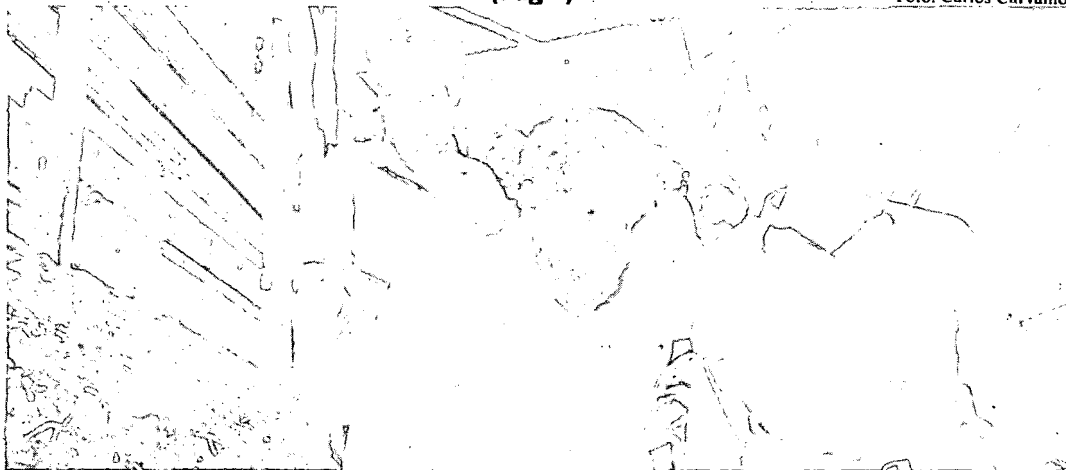


Aconteceu

PROFESSORES E CORREIOS MANTÊM GREVE NO RIO E SP

(Pág 2)

Foto: Carlos Carvalho



Lula vai ao Rio e sobe o morro junto com candidato do PT a prefeito

O candidato a Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores Luis Ignácio Lula da Silva, esteve no Rio semana passada para o lançamento da candidatura do engenheiro Jorge Bittar a Prefeitura do Rio. Foi um encontro que reuniu o partido e iniciou a campanha para as eleições de 15 de novembro. Na foto, Lula e Jorge Bittar descem o morro da favela de Santa Marta, em Botafogo, que fica ao lado do prédio da prefeitura. A presença de Lula no Rio foi marcada também por uma visita à favela da Rocinha, além de encontros com as lideranças do partido.

**Constituinte: começa
votação do 2º. turno**

(Última página)

**Funai não reconhece
direitos dos Tapeba**

(Pág. 10)

Correios em São Paulo mantêm greve

Após uma assembléia onde compareceram cerca de três mil funcionários dos correios ficou decidido que a greve iniciada no dia 16 de julho iria continuar, apesar da repressão por parte do Ministério das Comunicações. As demissões continuaram e ultrapassaram a mil pessoas, mas os funcionários dos Correios mantêm a disposição de negociar, desde que seja reconhecido o comando de greve.

Segundo informou a empresa, até agora deixaram de ser entregues em São Paulo 14 milhões de cartas. O Ministro Antônio Carlos Magalhães, inflexível, pretende uma manobra conversando com os setores que não estão em greve tendo como base o aumento de 40 por cento que o Banco do Brasil concedeu a seus funcionários.

Arpoador derruba o presidente da ECT

O presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Laumar Vasconcellos, foi demitido dia 4 por causa da descoberta de uma procuração, divulgada pelo Jornal do Brasil, em que concedia à empresa Arpoador Rio-Urbanismo Ltda, o direito de intermediar a venda da Ponta do Arpoador, na Zona Sul do Rio. Laumar havia negado, a existência do documento. O Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, já indicou para substituí-lo o diretor regional da ECT do Rio, Joel Marcião Haubber.

O decreto de exoneração de Laumar Vasconcellos - que já foi eleito, pela revista Exame, como o presidente da melhor estatal brasileira - foi assi-

nado, no Palácio Alvorada, pelo presidente José Sarney, a pedido do ministro Antônio Carlos Magalhães. Segundo um assessor, o ministro não gostou nem um pouco de saber que havia uma procuração de Laumar autorizando a Rio-Urbanismo a vender a Ponta do Arpoador, que a Prefeitura quer trocar, com a ECT, por um terreno na Barra da Tijuca, para construir ali uma área de lazer. Antes de ser demitido, Laumar disse ao Ministro que pensou que a procuração só desse a Rio-Urbanismo autorização para demolir o prédio da antiga estação de rádio. José Pereira dos Santos, o diretor da ECT que assinou a procuração junto com Laumar também foi demitido. (JB - 4/8/88)

Caixa pára hoje pelo pagamento das URPs

Os funcionários da Caixa Econômica Federal (CEF) decidiram dia 4 em assembléia no Rio, São Paulo, Brasília e Porto Alegre, realizar greve de 24 horas para pressionar a empresa a pagar as URPs congeladas de abril e maio corrigidas monetariamente na data base da categoria (1 de setembro). No Rio, a decisão abrange cerca de seis mil funcionários e paralisa as atividades das 200 agências da CEF.

Os funcionários da Caixa também aprovaram nas assembléias a proposta de greve nacional por tempo indeterminado a partir do próximo dia 11 -

que deverá ser ratificada em reunião do comando nacional do movimento, se até lá a direção da CEF não pagar o reajuste.

O Ministério da Fazenda garantiu através de assessores, que os funcionários da CEF nada receberão além da variação do IPC anual, descontadas as URPs recebidas.

No Rio, a Embratel comunicou que pagará o reajuste referente à URPs de abril e maio, acompanhados pelos diferenciais incidentes sobre os salários de junho e julho. (JB - 04/08/88)

Aconteceu
No. 465 - julho/agosto de 1988
CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 963
Telefone: 825-5544
01236 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Júnior
Marcus Vinicius Grod Borges
Neide Esterici
Sérgio Alli
Vera Maria Massagão
Ribeiro
Xico Teixeira
Coordenador:
Jether Pereira Ramalho

Editor
Xico Teixeira
Editora assistente
Ligia Dutra
Composição
Katia Simões
Produção Gráfica
José Truda Jr.
Lúcia Carrera
Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa

CUT não aceitará redução de salário

Redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas, retomada dos investimentos por parte do empresariado, reposição da URP para o funcionalismo público federal e promessa de que o Governo não fará nenhum congelamento político. Esses são alguns dos pontos que deverão constar da proposta que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) está elaborando para discutir com empresários e Governo um plano de combate à inflação.

Já se sabe, no entanto, que a CUT não apoiará um congelamento parcial de produtos agrícolas e nem aceitará qualquer forma de redução dos salários.

Durante o fim-de-semana, a direção nacional da CUT manteve-se reunida fazendo uma análise da conjuntura e estudando a or-

ganização do seu congresso nacional. Algumas das conclusões fazem parte de antigas posições da CUT, como a defesa do contrato coletivo de trabalho e a redução da jornada.

Mas há um dado que assusta os trabalhadores: a inflação. Com a inflação nos 24%, avalia a direção da CUT, os empresários têm preferido aplicar no mercado financeiro, deixando de investir na produção e de criar empregos, o que leva a entidade a temer a hiperinflação.

A CUT aceita conversar, mas já adianta que os trabalhadores não têm mais o que ceder. A proposta da entidade será elaborada com a colaboração também do Dieese, que estudou o pacto de Israel. (O Globo-01/08/88)

Banco do Brasil faz acordo com grevistas

Após cinco horas de negociações o comando nacional de greve e a direção do Banco do Brasil entraram em acordo dia 29 colocando fim à greve que já durava uma semana. Os funcionários recomeçaram o trabalho no dia primeiro, em todo o país.

Os funcionários do BB não conseguiram recompor as URPs de abril e maio, mais os seus efeitos sobre os salários de junho, julho e agosto, o que custaria ao Banco do Brasil cerca de Cz\$ 60 bilhões, mas obtiveram um ganho importante: o BB pagará a todos os funcionários, até 5 de agosto, o valor equivalente a dois meses de proventos referente ao vencimento padrão e ao anuênio (que equivale a 1% do vencimento), que elevará a folha em Cz\$ 22 bilhões. Com esta vantagem, os funcionários do Banco do Brasil se equiparam ao reajuste de 40% concedido pelo Banco Central, há dois meses, aos funcionários comissionados.

O banco não abriu mão de descontar os dias parados nas férias, abonos-assiduidade ou folgas, mas se dispôs a negociar esta questão durante o dissídio da categoria, em setembro, o que foi considerado uma grande vitória pe-

los sindicalistas. O BB também concordou em converter em dinheiro, dentro dos próximos 60 dias, o saldo da licença-prêmio, correspondente a três meses de folga para cada cinco anos de serviço.

Os funcionários também conseguiram que o BB voltasse atrás em sua decisão de descontar por cada dia de greve, após o quinto dia de paralisação, 15 dias de licença-prêmio. O comando, ao final da negociação em que apresentou quatro itens, deixou apenas de obter a garantia do não-desconto dos dias parados, mas conseguiram levar a questão para o acordo de setembro.

Para o comando nacional de greve a adesão significativa dos funcionários em todo o país, foi a principal razão que levou o BB a capitular. A estimativa era de que, dia 29, 95 mil funcionários estavam em greve, contra os 75 mil estimados pela direção do BB.

O diretor de recursos humanos do BB, Maurício Teixeira, que conduziu as negociações, afirmou que não haverá punições. Explicou também que o BB não pagou as URPs de abril e maio por estar impedido por lei.

Greve de eletricitários continua mas Celesc desmente racionamento

A greve dos eletricitários de Tubarão e Florianópolis completou dia 2 seu oitavo dia, dois dos quais com todos os geradores da usina termoeletrica Jorge Lacerda desligados. Mas as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) desmentiram que o estado esteja prestes a entrar no esquema de racionamento. O presidente da Eletrosul, Paulo Melro, pediu autorização às autoridades federais, "para propor um adiantamento de um salário e meio para os grevistas, que será negociado na data-base da categoria (novembro)".

Em Tubarão, Delmã Ferreira, do comando de greve, confirmou que no dia 30 um tenente do exército, à paisana, esteve pedindo informações sobre as condições operacionais da usina. O sindicalista garantiu, entretanto, que nenhum outro funcionário pode operar a Jorge Lacerda: "Mesmo um operador de outra termoeletrica não conseguirá operá-la, pois ela tem características muito particulares, sendo, inclusive, mais moderna que as restantes do país". No interior da termoeletrica existem 33 operários que prometeram só sair de lá com o pagamento das URPs. "Estamos mandando na usina", assegurou Delmã, eufórico. Segundo ele, se a empresa autorizar o adiantamento de um salário e meio, a tendência é que os grevistas aceitem a proposta. "Nossa perda é de 2,3 salários e se a Eletrosul aumentar a oferta, podemos voltar ao trabalho".

Sem ação

O presidente da Eletrosul repetiu dia primeiro que o assunto transcende o poder da empresa. "Estamos presos ao decreto presidencial", resumiu Meiro, que esperava ainda no dia primeiro um sinal verde de Brasília para que pudesse oferecer o adiantamento aos grevistas.

O presidente da Celesc, Nogert Wiest, informou no início da noite que só houve

uma queda de tensão de 200 volts em Criciúma, mas que esta diminuição de energia pode se estender para Lages, Blumenau e Florianópolis. A queda em Criciúma, segundo Wiest, ainda está dentro dos padrões normais, mas a situação dependerá da observação que a empresa realizou na noite do dia primeiro e na madrugada do dia 2, para medidas posteriores.

Em Criciúma, terceira maior cidade em consumo de energia do Estado, o empresário Mário Burigo, presidente interino da Federação das Indústrias de Santa Catarina, afirmava que sequer tem noção dos prejuízos possíveis em caso de racionamento: "Não há como calcular, por ser algo inédito".

Movimento cresce

O pessoal de manutenção das subestações da Eletrosul em Mato Grosso do Sul (localizadas em Campo Grande e em Dourados) aderiu à greve pela reposição da URP de abril e maio. Com isso, as linhas de transmissão das hidrelétricas de Jupia, Porto Primavera e Porto Osório, no Paraná, das quais o estado depende totalmente, deixaram de contar com serviços de emergência em caso de algum defeito. O governo de Mato Grosso do Sul sugeriu dia 2 à Eletrosul ceder técnicos de sua empresa de energia, a Enersul, temendo um blecaute. No Paraná os 600 funcionários da Eletrosul também aderiram à greve que seus colegas de Santa Catarina iniciaram na semana passada. A greve ainda não implica a paralisação de nenhuma das usinas da empresa no estado - Salto Osório e Salto Santiago, no Rio Iguaçu - nem nas subestações de Ivaiporã e Londrina. Cerca de 60 funcionários mantêm o sistema funcionando. O comando da greve adverte porém para o fato de que a falta de manutenção torna o sistema menos confiável. (JB-03/08/88)

Carro de som denuncia expulsão de favelados

A rádio volante Voz do Povo entrou no ar dia 25, transmitindo para toda capital da República "a verdade" sobre a derrubada dos barracos das invasões (favelas do Plano Piloto). A rádio, um simples sistema de som acoplado numa caminhonete, é outra investida do Comitê dos Cidadãos Pela Dignidade de Brasília contra o governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, que ordenou a derrubada dos barracos de 800 famílias nos últimos dois meses.

O professor Deodato Rivera, funcionário da Câmara dos Deputados e integrante do comitê, recolheu ao longo de 60 dias em um gravador depoimentos de famílias desabrigadas, fiscais do governo, policiais militares que acompanharam as derrubadas e secretários do governo sobre a política de erradicação de invasões. Essas falas serão transmitidas pela rádio volante, que circulará diariamente pelo Plano Piloto e pelas cidades-satélites de Brasília.

O comitê já conseguiu o carro emprestado e garante que os preparativos estarão concluídos em dois dias.

Agora um bloco importante do programa será a enumeração de todos os recursos e pedidos judiciais para a manutenção dos barracos. O forte dessa parte é a decisão do Juiz do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Sérgio Bittencourt, de manter a liminar concedida no domingo por seu colega Asdrúbal Nascimneto Lima. E, ainda, a apresentação de uma representação legal contra Carlos Magalhães, secretário de Viação e Obras, que tentou desconhecer a liminar e enviou fiscais à invasão da Telebrasil, também na quarta-feira, para continuar a demolição. Os fiscais foram impedidos pelos próprios soldados da Polícia Militar, encarregados de dar-lhes segurança, que não contrariaram a decisão judicial. (JB-23/07/88)

Funcionários sofrem pressão na Vale

Cerca de 1.700 empregados da Companhia Vale do Rio Doce estão sofrendo pressões por parte da direção da empresa em Carajás e pelo menos 25 já foram demitidos em represália a uma frustrada manifestação que seria realizada em abril, quando o Presidente José Sarney e seu colega da Colômbia, Virgílio Barco, visitaram o projeto, em Marabá. A denúncia foi feita dia primeiro, em Belém, pelo Vice-Presidente do Sindicato Metabave Marabá/Carajás, Odílio Rosa da Hora, e imediatamente contestada, por telefone, pelo Superintendente do Projeto Carajás, Mozart Litwinsky.

Odílio disse que as pressões começaram quando 748 trabalhadores da CVRD deflagraram greve no final de abril por melhores salários e para recu-

perar vantagens que teriam sido cortadas, como passagens aéreas, auxílio funeral, assistência médica etc. Afirmou que uma passeata programada para primeiro de maio foi proibida por policiais e guardas florestais da empresa. Desde então, segundo ele, com base em fotos feitas na ocasião a Vale vem demitindo os que participaram da manifestação e intimidando outros empregados, inclusive invadindo e vasculhando suas residências, supostamente em busca de pessoas estranhas ao projeto que teriam entrado em Carajás sem o conhecimento da empresa.

O Superintendente Litwinsky garantiu que as denúncias não têm qualquer fundamento e disse que os empregados estão satisfeitos com seus salários. (O Globo-02/08/88)

Sindicato faz acordo mas motoristas param

Apesar de ter fechado acordo com os empresários na base de 46% de aumento, o sindicato dos motoristas de ônibus de Salvador decretou greve a partir de meia-noite depois de rápida assembléia na noite de domingo, dia 3, em que os trabalhadores resolveram exigir 100%, o que elevaria os salários dos motoristas para Cz\$ 96 mil, ficando os trocadores com a metade dessa quantia e os despachantes com Cz\$ 52 mil.

A greve teve adesão total e com isso Salvador viveu segunda-feira um dia com jeito de feriado: no Polo Petroquímico de Camaçari o índice de faltas no setor administrativo foi de cerca de 50%, pois a

greve atingiu também os ônibus intermunicipais. Só no fim do dia passaram a circular alguns ônibus nos principais corredores da cidade, com forte proteção policial e em comboios de dez carros. A entrada das empresas de ônibus também foi protegida por soldados e carros da PM.

O uso excessivo de carros particulares provocado pela greve causou congestionamento de tráfego em alguns pontos do Centro da cidade, onde surgiu rapidamente um sistema de lotação, com várias Kombis transportando passageiros para diversos bairros a um preço equivalente a quatro vezes o das passagens de ônibus. (JB-02/08/88)

URP congelada não diminui déficit público

O congelamento da URP nos meses de abril e maio para o funcionalismo público federal, apesar de ter provocado uma queda de 23% nos rendimentos destes funcionários, teve um efeito nulo sobre a redução do déficit público e da inflação. Com a medida, o governo conseguiu economizar Cz\$ 128,4 bilhões em dois meses, o que equivale a 12% da receita líquida disponível, mas, em contrapartida, o estoque da dívida interna em títulos cresceu 18 por cento acima da inflação no primeiro semestre de 88 enquanto a inflação foi 14% superior.

As conclusões estão no estudo elaborado pelo presidente do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, Sérgio Cutolo, ex-subsecretário de salário do Ministério do Trabalho, (deixou o cargo por discordar do congelamento das URP para o funcionalismo público federal). Para Cutolo, os dados do orçamento e da inflação demonstram que os argumentos do governo de que as remunerações do funcionalismo público federal eram fonte de pressão sobre as contas do estado e, por consequência, sobre o processo inflacionário, foram desmentidos pela realidade.

Sem efeito

A taxa de inflação acumulada no primeiro trimestre do ano, enquanto prevaleceria o reajuste mensal para o servidor público, foi 14% inferior à registrada no segundo trimestre, período em que vigorou o congelamento. Mesmo com a redução de cerca de 23% nos rendimentos do funcionalismo público, os preços continuaram fora de controle, o que, segundo Cutolo, demonstra que o congelamento da URP não

produziu, na prática, a reação esperada pelo ministros da área econômica.

Já em relação ao orçamento público, a elevação de 18% na dívida interna em títulos demonstra, segundo o estudo, que a contração dos gastos com pessoal serviu para tornar disponível maior quantidade de recursos para fazer frente a outras despesas.

As liberações ordinárias para o pagamento da dívida externa, por exemplo, apresentaram um acréscimo, de janeiro a junho deste ano, de 23% em relação ao previsto no Orçamento Geral da União. Já as despesas com o saneamento financeiro dos estados e municípios tiveram um crescimento 31% maior do que o previsto no orçamento, enquanto o refinanciamento da dívida externa avaliada pelo Tesouro, de 20%.

Gastos

A conclusão de Cutolo é de que estes dados demonstram que a origem financeira do déficit, agravada pelas constantes elevações das taxas de juros, e os compromissos assumidos para assegurar as bases de sustentação política ao governo federal, principalmente no apoio aos cinco anos de mandato ao presidente Sarney, pressionaram de forma acentuada as contas públicas. Em função disso, a redução real das remunerações dos servidores federais teria servido para "garantir um maior rendimento aos detentores de títulos da dívida pública e para ampliar as disponibilidades orçamentárias dos estados e municípios cujos governantes apóiam o atual regime". (JB-01/08/88)

Funcionários públicos são os que mais fazem greve

Os servidores públicos foram responsáveis por quase 40% das 872 greves já deflagradas este ano seguidos pelo pessoal da indústria (30% das greves) e do comércio (11%).

No total geral, as greves haviam paralisado, até junho, um contingente de mais de três milhões de pessoas, em todo o país. (Painel FSP-01/08/88)

Colonos deixam fazenda ocupada e acampam em terra do estado

Sempre cantando hinos pela reforma agrária, escoltadas por soldados da PM, as 700 famílias de colonos que no dia 25 de julho ocuparam a Fazenda Burity no Rio Grande do Sul, foram levadas em caminhões para uma área de propriedade do Instituto Riograndense de Carnes, na vizinha cidade de Tupanciretã, na manhã do dia 29. Depois de dias de tensão, elas fizeram acordo com a Secretaria da Agricultura, mas alertam que a solução provisória não resolve o problema dos acampados.

O presidente regional da UDR, Gilberto Scopel, advertiu que “a invasão da Burity foi o último episódio sem sangue na luta pela terra no estado”. O diretor nacional do movimento dos sem-terras, Darci Maschio, porém, interpretou a posi-

ção da UDR neste episódio como uma “forma mais evoluída” ao aguardar as negociações, sem fazer demonstração de força.

Da mesma forma, ele entende que o movimento dos sem-terra precisa mudar suas estratégias. “Antes pedíamos audiências com as autoridades e nem sequer éramos recebidos, mas agora eles vêm negociar aqui no campo, debaixo de nossas barracas”, comentou.

O comandante da Brigada Militar de Tupanciretã, capitão Sérgio Gouveia Ehlers, mostra-se preocupado com a possibilidade de um conflito da Cooperativa Rural Serrana, composta por dez homens armados, localizada na mesma área de 613 hectares do Instituto de Carnes.

Transportados em 23 caminhões com uma escol-

ta de 50 homens da Brigada Militar, os agricultores chegaram a Tupanciretã por volta das 12 horas e o comandante da Brigada Militar de Santo Ângelo, major Janot Marques, não escondia o receio de serem recebidos com protestos pelos fazendeiros da região.

A apreensão inicial passou rápido, enquanto homens, mulheres e crianças montavam mais uma vez suas barracas de plástico e taquaras sem parar de cantar hinos comemorando o que consideram uma vitória. O impasse continua. Enquanto a administração da Cooperativa Serrana alega que o Governo do Estado lhe garantiu o caráter provisório do acampamento, por 30 dias, os agricultores reclamam as terras como uma conquista definitiva. (JB-30/07/88)

CPT preocupada com conflitos de terra no MA

Sete pessoas morreram em conflitos agrários no Maranhão nos primeiros seis meses deste ano, segundo levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O documento registra ainda três pessoas feridas, um caso de espancamento, 210 famílias ameaçadas de despejo e 80 que tiveram suas casas queimadas no massacre de Bacabal, a 235 quilômetros de São Luís, quando foi morto o líder sindical Manoel

Pereira Neto. O coordenador regional da CPT, Padre José Ribamar Moraes, prevê o agravamento das disputas em agosto, quando começa o plantio de culturas temporárias. O documento da CPT chama atenção para o clima tenso em Ludovico, Santa Rita, João Lisboa e outros povoados maranhenses. (JB - 23/07/88)

Acontecendo

Nota social

Foi muito bonita a inauguração, neste fim de semana, do novo cassino de Petrópolis.

Abrilhantando a festa, três delegados da Polícia Civil - Gustavo Fabiano, Rogério Marchesine e Sérgio Aranha.

Detalhe: até lei em contrário, o jogo é proibido no Brasil. (Informe JB-02/08/88)

Nunca mais

O ditador Augusto Pinochet, do Chile, está com a corda toda.

A disparada do preço do cobre no mercado internacional provocou um reforço na caixa do governo do Chile de 500 milhões de dólares.

É com esse dinheiro que o ditador está construindo milhares de casas populares que ficarão prontas a tempo de render dividendos eleitorais no plesbiscito de outrubro, no qual pretende se eternizar no poder. (Informe JB-24/08/88)

Convivência pacífica

Do presidente do PDS, Jarbas Passarinho, explicando seu bom relacionamento com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães:

"Sou passarinho e o Ulysses não é tuca-no. Logo, nossa convivência é muito pacífica..." (Painel FSP- 24/08/88)

Piche

Pichação que resiste num prédio vizinho à Igreja de Santana, no Centro do Rio:

"Vote em Jânio e Leônidas".

Em tempo: não se trata de propaganda de uma eventual dobradinha para a Presidência da República, com Jânio Quadros e general Leônidas Pires Gonçalves.

Jânio e Leônidas foram candidatos da Chapa 8 ao Sindicato dos Motoristas. (Informe JB-24/08/88)

Fusão de ministérios

Foi desarquivado esta semana, no Palácio do Planalto, um antigo estudo propondo a extinção e fusão de ministérios.

Por esse trabalho, a pasta da Ciência e Tecnologia volta ao Ministério da Indústria e do Comércio; a da Cultura será absorvida pelo da Educação; a Previdência passa ao controle do Ministério da Saúde; e os ministérios da Irrigação, Planejamento e Administração ficam como secretarias vinculadas diretamente ao Palácio do Planalto. (Painel FSP-24/08/88)

Mudança

Se dependesse do deputado Ulysses Guimarães, a renovação do comendo do PMDB passaria também pelo cargo simbólico de presidente de honra do partido.

Seu ocupante, o presidente José Sarney, está cada vez mais divorciado de Ulysses, do PMDB, da Constituinte e do povo que o partido pretende fisgar nas próximas eleições municipais. (Informe JB-01/08/88)

Velocidade

Do deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP), em sua passagem pelo Rio de Janeiro:

- O grande problema do PT no Brasil é que parte de seus militantes conduz a política como se estivesse pilotando um carro de Fórmula-1 sem perceber que o nosso povo ainda está andando de fusquinha. (Informa JB-01/08/88)

Mapa da mina

O prefeito de Goiânia (GO), Joaquim Roriz, pediu a Sarney socorro financeiro da ordem de Cz\$ 500 milhões.

Reforçou o pedido, entregando ao presidente cópia de uma publicação elogiando a construção da Ferrovia Norte-Sul.

Sarney prometeu atendê-lo. (Painel FSP-01/08/88)

Abaixo a ditadura

Os Estados Unidos estão comandando, no continente americano, uma ofensiva diplomática de boicote à posse, no próximo dia 15, do eterno ditador do Paraguai, Alfredo Stroessner, que acaba de se eleger para mais um mandato.

O Brasil, por razões comerciais, não deverá participar do boicote. (Informe JB-01/08/88)

Seco

Resposta de experiente deputado federal, há três décadas amigo do prefeito de São Paulo, a um interlocutor algo cético que insistia em saber se Jânio Quadros está de fato interessado em ser candidato à Presidência da República:

- Interessado, não. Obsecado. (Informe JB - 03/08/88)

Pilatos

Quem visita o presidente Sarney no Palácio do Planalto sai com a convicção de que ele considera mesmo o país ingovernável.

Culpa um ministro por um programa que não deu certo, um partido por um problema que não resolve e até o povo pela incompreensão ao que tenta fazer.

Um dos visitantes ficou impressionado: "Eu pensava que o presidente da República tinha mais poder". (Informe JB-01/08/88)

Ressuscitou

Ato falho de Renato Archer, dia 28, ao sustentar que sua demissão do Ministério da Previdência em um problema só dele e de Sarney:

"O PSD não tem nada a ver com isso", disse, confundindo o PMDB com o antigo partido de Ulysses e Archer. (Painel FSP - 29/07/88)

Torcendo

A cúpula do PFL torce para que Sarney decida mesmo pela fusão dos Ministérios da Cultura e da Educação.

É que, nesse caso, o acervo e as verbas da Cultura passariam a ser administradas por mãos pefelistas, as do ministro Hugo Napoleão. Painel FSP-01/08/88)

Esperando

Do coronel da reserva Joaquim Portela, editor do jornal "Letras em Marcha", portavoz da chamada "linha dura".

"Não vejo ninguém otimista. Mas o clima é diferente de 64, porque, naquela época, havia divisão dentro das Forças Armadas. Hoje estão todos do mesmo lado, esperando apenas um comandante." (Painel FSP-01/08/88)

Semelhança

Um outdoor espalhado pelas ruas de Porto Alegre, declara, em letras garrafais: "Estamos sem presidente".

Foi mandado confeccionar por uma das chapas que disputam a presidência da Associação Riograndense de Propaganda.

Há quem faça outra leitura para esse tipo de mensagem. (Painel FSP - 29/07/88)

Em família

O deputado Ézio Ferreira (PFL-AM), apontado como o detentor de uma das maiores fortunas pessoais no Congresso, empregou na semana passada quatro de seus cunhados como assessores em seu gabinete. (Painel FSP-01/08/88)

Termômetro

Para o deputado César Maia (PDT-RJ), a verdadeira preocupação dos militares no projeto de Constituição a ser votado em segundo turno resume-se a três pontos, que realmente mobilizam a classe: o fim da censura, o voto aos 16 anos e o direito de greve. (Informe JB-01/08/88)

Grupão diz que Tapeba não é índio

Os índios Tapeba não são índios e por isso ficarão sem direito a demarcação das terras que ocupam as margens do Rio Ceará, no município de Caucaia. Essa determinação foi tomada pelo grupo de trabalho interministerial em Brasília, que examinava a questão, e contraria decisões anteriores da Funai (Fundação Nacional do Índio).

O próprio presidente da Funai, Romero Jucá Filho, determinou o arquivamento do processo de demarcação da área indígena Tapeba, desprezando uma longa luta em que estiveram envolvidas várias entidades cearenses; o Cardeal-Arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, e até a assembléia legislativa do Ceará, que em maio último aprovou requerimento do deputado Ilário Marques (PT), manifestando, junto ao presidente da República e autoridades envolvidas, o apoio da casa a reivindicação dos Tapeba.

Alegou Jucá que não existe nenhum laudo antropológico produzido pela Funai que comprove a existência de índios em Caucaia. Mas, segundo telex do Conselho Indigenista Missionário, comentando a decisão, a área já estava identificada e demarcada, e a antropóloga Jussara Vieira Go-

mes, do Museu do Índio, do Rio de Janeiro, ligado a Funai, produziu um extenso estudo sobre a presença indígena no local.

Os 4.675 hectares delimitados são reconhecidos ainda como de ocupação indígena pela Prefeitura Municipal de Caucaia, que sancionou lei considerando aquelas terras como área de proteção ambiental (APA), em 1985.

Participaram da reunião, que decidiu pelo arquivamento do processo de demarcação, representantes da Funai, dos Ministérios do Interior, da Reforma Agrária, do IDACE (Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará) e o Coronel Antonio Carlos Carneiro da Silva, representando o Conselho de Segurança Nacional.

Segundo o CIMI, foi do CSN a decisão de interromper o processo de demarcação da área indígena Tapeba, já que é o órgão que tem determinado, de fato, as diretrizes da política indigenista governamental.

Um dos argumentos apresentados pelo Coronel Antonio Carlos Carneiro da Silva foi de que, em conversa que manteve com quatro pessoas de Caucaia, ouviu a afirmação de que não existia índios naquele município. (O Povo - 23/07/88)

Cacique é derrubado por funcionário da Funai

O funcionário da Funai, Gontran Dias de Araújo, derrubou o cacique Humberto de Souza Nukini, da tribo Nukini, no Vale do Juruá, e assumiu seu lugar. A denúncia é do indigenista Antônio Macedo que afirmou inclusive, que Gontran teria sido apoiado pela administração local da Funai. O administrador interino, índio Biraci Bra-

sil Yawanawa, nega qualquer interferência do órgão neste sentido e garante que irá até a tribo Nukini para verificar a questão. "E se for constatado que nosso funcionário fez isso, será punido, pois como representante da Funai e como índio, considero um desrespeito ao Movimento Indígena", garantiu. (Correio Braziliense - 20/07/88)

Terra dos Arara foi loteada no Mato Grosso

Última família de índios Arara a ser expulsa da área indígena Arara do Beiradão, no município de Aripuana (MT), o cacique José Rodrigues com a mulher Ana Anita e uma filha foram a Brasília para solicitar à Funai a retirada dos invasores de suas terras e descobriram que a área foi toda loteada e vendida pelo Instituto de Terras do Mato Grosso (Intermat) em março do ano passado.

O que é área indígena Arara do Beiradão, foi dividida pelo governo daquele estado em 68 propriedades particulares. A Funai interdiu a área no dia 29 de novembro do ano passado, mas nem isso impediu que todas as fa-

mílias fossem expulsas. Em qualquer tentativa de retorno ao território, os Arara são ameaçados de morte, especialmente pelo jagunço conhecido como Joaquinção.

Conforme afirmam José Rodrigues e Ana Anita, os Arara só conseguirão retornar ao antigo território após a retirada dos invasores. Segundo a Funai, entretanto, providências nesse sentido só poderão ser tomadas após conclusão do levantamento fundiário da área, por uma comissão técnica composta por membros do órgão tutor, Mirad e Intermat. (Correio Braziliense - 27/07/88)

Antropólogo processado recebe apoio

Cientistas e pesquisadores de várias partes do país manifestaram, dia 22 de julho, em Belém "grande apreensão e profunda consternação" com a instauração de inquérito pela polícia federal contra o antropólogo norte-americano Darrell Posey por ter acompanhado aos EUA o cacique Paulinho Paiacan que fez críticas a política indigenista e de ocupação da Amazônia.

Em nota divulgada durante o encerramento do primeiro Congresso Internacional de Etnobiologia, os cientistas declararam que Posey "objeto de um processo político-policial".

Asseguram que os índios "foram convidados a falar com autoridades do Banco Mundial sobre questões que afetam sua comunidade".

Paiacan, um dos mais jovens caciques do país, que lidera uma tribo Caiapó do Sul do Pará, considera injusto o processo, que também o atinge. "Eu apenas fui defender minha nação, que está sendo ameaçada pelas obras das hidrelétricas".

O advogado do cacique advertiu-o de que do processo pode até resultar sua prisão. (O Estado de São Paulo - 23/07/88)

Represa leva índio a mudar acampamento

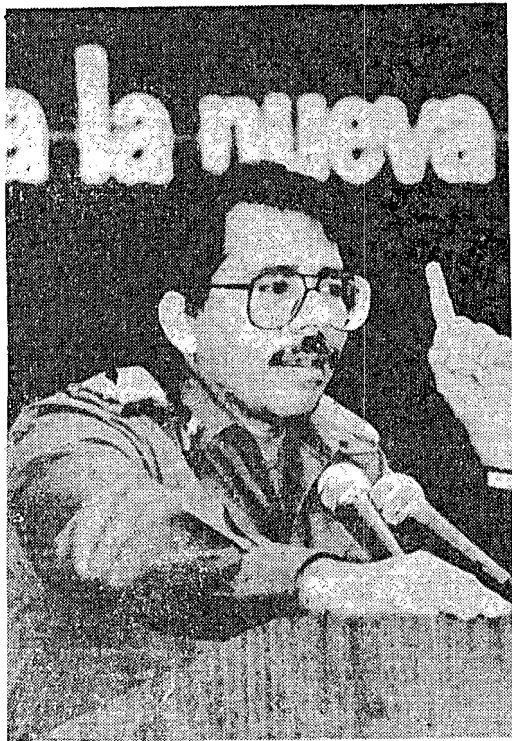
Segundo o administrador regional da Funai em Porto Velho, Amauri Vieira, a segunda Superintendência do órgão, em Cuiabá, já está levantando dados para elaboração de projetos para as inevitáveis mudanças que vão ocorrer nas áreas das reservas dos índios Gavião e Arara e que serão inundadas pelo represamento das águas do Rio Machado, em Jiparana, onde será construída pela Eletronorte a maior usina hidrelétrica de Rondônia. As mudanças já previstas são transferências de aldeias, construção de novas escolas e do posto indígena e estradas fora das áreas que serão co-

bertas ou prejudicadas pelas águas.

Todos os investimentos previstos para implantação de nova infra-estrutura na reserva de 185 mil hectares das duas tribos, serão bancadas pela Eletronorte. Levantamentos já realizados na área indicam que apenas 11 mil hectares serão inundados, mas outros 80 mil serão afetados, prejudicando inclusive a caça e a pesca dos índios. Amauri diz que a Funai está agilizando os projetos para submeter a apreciação da Eletronorte para evitar problemas de última hora para os índios. (Correio do Brasil - 08/07/88)

Oficial dos EUA quer acordo com Nicarágua

Reuter — 13/12/87



Ortega: "O que está em jogo é um poder revolucionário, um poder de classe"

O diretor de estudos americanos da Escola de Guerra do Exército dos Estados Uni-

dos, coronel Alden M. Cunningham, afirmou dia 31 em Washington que o exército sandinista é muito forte para ser derrotado pelos "contras" e que chegou o momento de se obter um acordo com o governo nicaraguense.

Cunningham, que foi agregado militar na embaixada norte-americana na Nicarágua de maio de 1985 a dezembro de 1986, disse que há três anos o governo sandinista, respaldado por Moscou, aumentou o poderio de fogo e a mobilidade do Exército, com o incremento de 45 mil soldados e a duplicação do número de helicópteros. Ele disse que, além da ajuda soviética, os cubanos enviaram 3 mil assessores para o país.

Opções

O militar afirmou que, dentro da atual política, os Estados Unidos têm três opções: armar os "contras" para uma guerra prolongada, prepará-los para uma grande ofensiva que lhes dê respaldo político ou pensar numa invasão da Nicarágua por tropas norte-americanas.

Diante dessas opções, Cunningham disse acreditar que um acordo é a única realista para a administração norte-americana. Apesar disso, o coronel defende a manutenção do apoio aos "contras", segundo ele necessária para garantir a continuação das negociações de paz. (Folha - 1/8/88)

Mandela não acredita que será libertado

O Líder nacionalista negro antiapartheid, Nelson Mandela, não acredita nas chances de ser libertado, disse, dia 23, sua mulher, Winnie, após a visita que fez ao marido na prisão de Pollsmoor, nas proximidades da Cidade do Cabo (capital da África do Sul). Winnie visitou Mandela, com sua filha Zindzi e seus dois netos Zoleka e Zondwa.

Esta é a primeira visita que Mandela recebe depois que completou 70 anos de idade no dia 18 de julho, segunda-feira passada, quando o ministro da Informação da África do Sul, Stoffel Van Der Merwe, disse que o governo não libertaria Mandela, apesar dos ape-

los do governo de diversos países, entre eles os EUA, URSS, Brasil, Grã-Bretanha, China, Alemanha Ocidental, Japão e Argentina. A visita durou aproximadamente 80 minutos.

O aniversário de Mandela foi comemorado em vários países, mas na África do Sul as autoridades proibiram as celebrações programadas em sua homenagem, incluindo shows de rock e jazz. Mandela foi preso em 1962 e condenado em 1964 à prisão perpétua, acusado de "traição", "sabotagem" e de "conspiração" para derrubar o governo. (Folha SP-24/07/88)

Mulher já pode ser bispo na Igreja anglicana

Por 423 votos a favor, 28 contra e 19 abstenções, dirigentes da Igreja Anglicana aprovaram dia primeiro uma resolução conciliatória que permite às mulheres serem sagradas bispos. Mais de 520 bispos de 164 países, reunidos para resolver uma das mais graves crises em décadas da Igreja Anglicana, debateram durante duas semanas a questão na conferência de Lambeth, convocada a cada 10 anos. O arcebispo de Canterbury, Robert Runcie, advertira que a conferência poderia ser a última se não chegasse a uma fórmula conciliatória.

A moção aprovada estabelece que "cada província (ou igreja) respeite a decisão e as atitudes das outras províncias relativas à elevação de mulheres ao bispado, sem que esse respeito indique necessariamente aceitação dos princípios envolvidos, e mantenha o mais alto grau de comunhão com as províncias que divergirem".

A conciliação foi semelhante à adotada na última conferência de Lambeth, 1978, quando líderes anglicanos evitaram a dissensão com relação a mulheres sacerdotes, deixando a decisão sobre sua ordenação às

igrejas da comunidade anglicana, composta de 70 milhões de fiéis.

Outra resolução, elaborada pelos tradicionalistas, que se opõem vigorosamente a mulheres sacerdotes, e mais ainda a mulheres bispos, pedia às igrejas que se abstivessem de sagrar mulheres bispos. Mas a moção foi derrotada numa votação secreta por 277 votos a favor e 187 contra.

Divisão

A moção oficial, elaborada durante a conferência, estabelece que Runcie, o líder espiritual dos anglicanos, crie uma comissão especial para redigir o protocolo de relações entre igrejas com e sem mulheres bispos.

A conferência está dividida entre bispos no Canadá, Estados Unidos, Nova Zelândia, Hong-Kong e Brasil, que ordenaram mais de mil mulheres sacerdotes e agora pretendem sagrá-las bispos, e os tradicionalistas, que ameaçam um êxodo para as igrejas católicas e ortodoxa, mais tradicionais.

Retornam à Igreja 56 seguidores de Lefebvre

Dezesseis sacerdotes e 20 seminaristas decidiram abandonar o movimento cismático do Arcebispo Marcel Lefebvre - excomungado em fins de junho por haver sagrado três novos bispos contra a vontade do Papa - a fim de não romper com a Igreja Católica, e, sob a liderança do Padre Joseph Bisig, fundaram a Fraternidade Sacerdotal de São Pedro, com sede na abadia cisterciense de Hauterive, perto de Friburg, na Suíça.

Em entrevista à revista católica italiana "30 Giorni", Bisig disse que por enquanto são apenas 16 sacerdotes mas "muitos outros certamente" estão por chegar, e mais uns 20 seminaristas de língua francesa e alemã da comunidade de Lefebvre - todos com a intenção de que sua fraternidade religiosa seja reconhecida pela Santa Sé.

Sem briga

"Queremos estar vinculados à tradição

espiritual e litúrgica na Igreja, portanto com Pedro", disse o sacerdote. Acrescentou que não é sua intenção travar luta contra a Fraternidade de São Pio X, de Lefebvre, porque reconhece a legitimidade de sua luta contra o modernismo e o progressismo. "Mas queremos realizar essa luta dentro da Igreja", assinalou.

Bisig contou que no começo do mês esteve em Roma onde se entrevistou com o Presidente da Sagrada Congregação para o Culto Divino, Cardeal Augustin Mayer, e o secretário, Bispo Camille Perl, e foi brevemente recebido pelo Papa no dia 6.

O Papa João Paulo II recordou dia 24 na horado Ângelus, que rezou com milhares de peregrinos reunidos em Castelgandolfo - residência pontifícia de verão, a 25Km de Roma - a importância que teve para a Igreja o misticismo da Ordem dos Carmelitas. (O Globo-25/07/88)

Prostitutas brasileiras começam a se organizar

As prostitutas estão se organizando em associações para a defesa de seus direitos e ampliam os seus contatos com suas colegas do exterior, sobretudo da Europa e dos Estados Unidos. Um dos primeiros resultados dessa colaboração é o convênio entre a Associação das Prostitutas do Rio de Janeiro e o Coletivo Inglês de Prostitutas, de Londres, para o envio de camisinhas que já estão sendo distribuídas para as mulheres da zona do Mangue, região do porto do Rio de Janeiro, e que serão enviadas para as áreas de meretrício de outras cidades brasileiras. A líder dessa mobilização das prostitutas é a estudante Gabriela Silva Leite, 37, ex-aluna de Sociologia da Universidade de São Paulo e ex-prostituta da "boca do lixo", no centro paulistano, e no Mangue.

Gabriela coordena o programa "Prostituição e Direitos Civis", do Instituto de Estudos da Religião (Iser), do Rio de Janeiro, e foi uma das participantes do primeiro encontro de organismos ecumênicos da América Latina e do Caribe, promovido pelo Conselho Latino-americano de Igrejas (Clai), em Quito, Equador, na semana passada. Ela irá a São Paulo, no próximo mês, para a fundação da Associação Paulista de Prostitutas, cujos primeiros núcleos reúnem mulheres da "boca do lixo" e das ruas próximas à estação da Luz, região central. Logo depois, viajará a Nova York para começar uma série de palestras em igrejas e organismos de direitos humanos, além de fazer contatos com entidades das prostitutas norte-americanas.

Pastoral da Mulher

Através de Gabriela Silva Leite, o teólogo franciscano Leonardo Boff conheceu a zona da prostituição do Mangue carioca, em 1983. Este contato resultou na participação de Gabriela no encontro nacional da Pastoral da Mulher Marginalizada, realizado em 1983, em Salvador (BA), com apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ela chegou a participar da coordenação dessa Pastoral, mas se afastou no ano passado.

Para Gabriela, o nome desse trabalho deveria ser Pastoral das Prostitutas e a Igreja também não deveria chamar as mulheres da

"zona" de "meninas". Em sua opinião, o trabalho eclesialístico nessa área será sempre limitado "por causa do moralismo, do assistencialismo e por não querer enfrentar de modo realista os problemas das mulheres".

Gabriela diz, também, que um dos principais problemas que as prostitutas e ex-prostitutas enfrentam é o do preconceito. No próprio Instituto de Estudos da Religião (Iser), onde trabalha como coordenadora do programa "Prostituição e Direitos Civis", ela diz que não consegue ser vista "de uma maneira normal". Quando entrou na equipe, segundo afirma, tinha que usar pratos e talheres separados no refeitório do Instituto. Seu programa também funciona num prédio separado da sede principal da entidade.

"Pernas da família"

Gabriela considera a prostituição como "uma das principais pernas de sustentação da família brasileira". Ela afirma que a maioria dos homens brasileiros tem "a mulher pura e santa em casa, destinada à procriação" e uma outra "pecadora" como prostituta ou amante "para satisfazer todas as suas fantasias sexuais". Em sua opinião, esse dado sociológico, ligado ao machismo e à sexualidade "não resolvida", inclui-se entre as causas da "instabilidade rônica" da família no Brasil.

Ao fazer um perfil da prostituta no Brasil, Gabriela disse que se considera "uma exceção à regra" por ser branca, ter conseguido frequentar a universidade e ter começado a trabalhar "na zona" com 25 anos, quando a maioria delas se prostitui no início da adolescência. Nas áreas de baixo meretrício, a maioria das mulheres é negra e trabalha até 50 ou 60 anos. Esses locais sofrem a falta de saneamento básico e as prostitutas são obrigadas, segundo Gabriela, a "contribuir" semanalmente para as "caixinhas" dos policiais. Dados da Associação das Prostitutas do Rio de Janeiro indicam que cada uma das 44 "casas" do Mangue carioca contribui com Cz\$ 400,00 semanais à polícia. Em São Paulo, a "arrecadação" seria feita todas as sextas-feiras à tarde, nos apartamentos das áreas de prostituição do centro paulistano. (Folha SP-31/07/88)

Governo propõe 107% aos professores

A comissão de negociação do governo soltou a última cartada: aumentou para 97,2% o reajuste da tabela salarial dos professores, acrescentando 30% à mensagem inicial de 64,4% de aumento para o funcionalismo. O aumento médio da tabela (veja ao lado) é agora de 107,6%, retroa-

tivos a julho, mantendo a diferença de 12% entre os níveis. Para o resto do funcionalismo, a reposição foi de 94,8%.

Para os dirigentes do Cepe (Centro Estadual de Profissionais do Ensino), a nova reposição não recompõe as perdas da classe e tampouco con-

cede o indexador salarial (ICV) reivindicado.

No dia 5, uma nova reunião concluirá as negociações entre governo e Cepe. Os professores do Rio estão parados desde o dia 12 de junho, reivindicando reajuste de 170%. (JB-30/07/88)



A greve dos professores continua mobilizando a categoria em passeata e protestos contra a política salarial do governo do Estado. Na foto, a última passeata em direção ao Palácio Guanabara que juntou cerca de duas mil pessoas. Na semana passada, novo protesto marcou a greve: na Assembleia Legislativa do Rio os professores foram impedidos de acompanhar as galerias a votação que aprovou mensagem do governo concedendo aumento de 97 por cento ao funcionalismo estadual. Os profissionais de ensino foram bloqueados, mais uma vez, por um batalhão de choque da PM. Em seguida à votação, nova assembleia da categoria decidiu continuar a greve pelos 214 por cento de aumento.

Justiça gaúcha decide quem vai julgar Dexheimer

O tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, depois do recesso de julho vai decidir o foro competente para julgar o deputado estadual Antonio Dexheimer, do PMDB, acusado de assassinar o colega de bancada, José Antonio Daudt, 48 anos, com dois tiros, no dia 4 de junho, quando ele chegava em casa, no bairro Moinhos de Vento, em Porto Alegre.

Os advogados Amadeu Weinmann, de defesa, e Oswaldo Lia Pires, do acusado, divergem sobre a competência de foros para julgar o deputado Antonio Dexheimer. Para o primeiro, Dexheimer deve ser julgado no Tribunal do Júri, baseando-se na Constituição federal, que nada esclarece a respeito de julgamento de deputados, em casos de crime contra a vida.

Já o advogado Oswaldo Lia Pires, se baseia na constituição estadual e defende que a competência para julgar Antonio Dexheimer é do pleno do Tribunal de Justiça. Ao oferecer a denúncia contra Dexheimer, o promotor Daltro de Aguiar Chaves concordou com a tese do advogado de defesa, de que a competência é da vara do Júri. Com ele, concordam ainda o delegado de homicídios, Ben-Hur Marchiori, que presidiu o inquérito sobre a morte de Daudt e acabou indiciando Antonio Dexheimer. O juiz da vara do júri, José Domingues Guimarães Ribeiro, no entanto se julga incompetente para examinar a denúncia, por entender que o deputado Antonio Dexheimer tem direito a foro privilegiado. (JB-01/08/88)

Direitos fundamentais têm perfil definido na Carta

Depois de apenas dois dias de votação em segundo turno do projeto de Constituição, já é possível entrever a face da nova Carta brasileira no que diz respeito aos direitos e garantias individuais e aos direitos sociais e políticos que integram o Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais). Embora os constituintes tenham apenas iniciado a votação das emendas destacadas sobre o primeiro artigo desse título, a aprovação do texto global do projeto no dia 28 tornou definitivo os dispositivos que não foram objeto de emendas.

Ainda que a Comissão de Redação encarregada de preparar o texto final depois do segundo turno altere a linguagem desses dispositivos, eles não podem mais ser suprimidos ou modificados no seu conteúdo.

Entre os pontos definitivos estão, por exemplo, a inclusão da tortura entre os crimes inafiançáveis, o livre exercício profissional sob qualificações previstas em lei, a função social da propriedade e a proibição de tribunal de exceção. Encontra-se também a classificação da ação armada de grupos civis ou militares contra "a ordem constitucional e o Estado democrático" como "crime inafiançável e imprescritível".

Vários direitos trabalhistas já estão aprovados no "pacote" da votação global, mas ainda estão de fora temas polêmicos como o direito de greve, a jornada máxima de seis horas para turnos contínuos de revezamento, a licença-maternidade de 120 dias e a licença-paternidade de oito. (FSP - 31/07/88)

CUT defende conquistas do 1º. turno

A Central Única dos Trabalhadores lançou dia 22 uma campanha nacional com a finalidade de garantir, no segundo turno da Constituinte, as conquistas asseguradas aos trabalhadores na primeira etapa das votações. Jair Meneguelli, presidente da CUT, passou toda a manhã reunido com a executiva nacional a fim de analisar as táticas a serem ado-

tadas para derrubar as emendas supressivas que ameaçam algumas conquistas como a jornada de seis horas e o direito de greve. O primeiro passo foi marcar uma plenária em Brasília, com a presença da CGT e da Contag, além de outras entidades sindicais interessadas em manter os direitos obtidos no primeiro turno. (O ESP - 23/08/88)

Tema contestado teve maioria ampla

Não será fácil para o Centrão - grupo de centro-direita da Constituinte - e para o governo suprimir ou alterar os 30 pontos da nova Constituição que contrariam o presidente José Sarney e provocam a reação organizada do empresariado. Cada modificação dependerá do apoio de 280 parlamentares, ou seja, maioria absoluta dos 559 votos da Constituinte. Contra esse esforço de votação conspira não só o esvaziamento do plenário, em função do envolvimento dos parlamentares com as eleições municipais, mas também a tendência de voto revelada no primeiro turno da Constituinte. Quase todos os temas condenados pelo governo e pelos empresários foram aprovados por ampla maioria.

No pronunciamento do dia 26, em cadeia nacional de rádio e televisão, o presidente Sarney atacou 24 itens do projeto constitucional, dos quais apenas um - o que trata da anistia financeira às micro e pequenas empresas e a pequenos e médios produtores rurais - encontrou maior resistência do ple-

nário: teve 283 votos a favor e 163 contra. Os demais foram aprovados por acordo entre as lideranças, ou por voto voluntário e independente da maioria do plenário.

Dos seis artigos cuja supressão é defendida agora no segundo turno pelos empresários ligados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e às confederações nacionais da Indústria e do comércio, com apoio do Centrão, dois passaram por votações polêmicas: a jornada máxima de seis horas para trabalho em turnos ininterruptos; e o tabelamento de juros em 12%. Apenas um desses seis artigos de interesse dos empresários - o que trata do direito de greve - foi votado por acordo de lideranças. Outros três - licença de oito dias para o empregado na data do nascimento de um filho, nacionalização da pesquisa e da lavra de minerais e o fim dos contratos de risco para exploração de petróleo - receberam o voto livre e amplamente majoritário dos constituintes. (JB-31/07/88)